

VI CONGRESSO I ATINO-AMERICANO X CONGRESSO BRASILEIRO V SEMINÁRIO DO DE E ENTORNO 12-15 SETEMBRO 2017 BRASÍLIA- DE BRASIL



## Avaliação de políticas públicas socioambientais no âmbito do território da cidadania do Baixo Tocantins-Pará

Evaluation of socio-environmental public policies within the territory of the citizenship of Baixo Tocantins-Pará

VALENTE, Francilene Farias; TAVARES, Francinei Bentes
UFPA - Campus de Abaetetuba. E-mails: lenefarias29@hotmail.com e francinei@ufpa.br

Tema Gerador: Políticas Públicas e Conjuntura

#### Resumo

O presente trabalho trata da análise sobre uma política pública socioambiental voltada para a agricultura familiar, tendo como foco principal o município de Igarapé-Miri, no Baixo Tocantins, Pará. O objetivo consiste em contribuir com a reflexão acerca da problemática envolvendo as redes de mediação em torno de políticas públicas socioambientais voltadas para a produção familiar na região e, nesse caso específico, abordou-se o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), especificamente o PRONATEC campo, que apresenta formações técnicas direcionadas a temas produtivos e ambientais (como os cursos de formação em Agroecologia, Piscicultura, Apicultura, etc.), voltadas para os jovens filhos de agricultores. A pesquisa é fundamentada nos métodos das ciências sociais, privilegiando a pesquisa qualitativa, empregando-se o método de estudo de caso através de entrevistas semiestruturadas com uso de questionário e diário de campo. Os resultados indicam dados que dizem respeito ao PRONATEC campo em Igarapé-Miri, tendo como base para a discussão o perfil, a identidade, as dificuldades e opiniões dos alunos sobre o curso de Piscicultura e ainda indicam a discussão sobre a relação entre o conteúdo ministrado e as políticas públicas socioambientais voltadas para a agricultura familiar. Por fim, a partir da análise desse tipo de situação, coloca-se a possibilidade de reflexão acerca das formas como as relações sociedade/natureza no âmbito da agricultura familiar do Baixo Tocantins assumem na construção e delimitação das problemáticas socioambientais, assim como dos elementos que circulam e dão coesão à constituição de tais relações a partir das políticas públicas.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas públicas; Educação tecnológica; Agricultura Familiar.

### Abstract

The present work deals with the analysis of a socio-environmental public policy focused on family agriculture, with the main focus being the municipality of Igarapé-Miri, Baixo Tocantins, Pará. The objective is to contribute to the reflection about the problem involving the mediation networks Around the socio-environmental public policies aimed at family production in the region. In this specific case, the National Program of Access to Technical Education and Employment (PRONATEC), specifically the PRONATEC field, was presented, which presents technical training geared to productive topics and (Such as training courses in Agroecology, Fisheries, Apiculture, etc.), aimed at young children of farmers. The research is based on the methods of the social sciences, giving priority to qualitative research, using the method of case study through semi-structured interviews using questionnaire and field diary. The results indicate data related to the PRONATEC field in Igarapé-Miri, based on the discussion of the profile, identity, difficulties and opinions of the students about the course of Pisciculture and also indicate the discussion about the relationship between the content taught And socio-environmental public policies aimed at family agriculture. Finally, based on the analysis of this type





VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO X CONGRESSO BRASILEIRO V SEMINÁRIO DO DE E ENTORNO. 12-15 SETEMBRO 2017 Brasilia - DF Brasil



of situation, it is possible to reflect on the ways in which the relationship between society and nature in the family agriculture of Baixo Tocantins take on the construction and delimitation of socio-environmental problems, as well as the elements that Circulate and give cohesion to the constitution of such relations based on public policies.

**KEY WORDS**: Public policies; Technological education; Family farming.

### Introdução

Atualmente, a Amazônia é considerada como uma das principais regiões que atraem a atenção nacional e internacional quando se trata das temáticas ambientais. Desde os anos 1960 e 1970, com o fortalecimento dos movimentos ecologistas e ambientalistas no mundo, temas como o desmatamento nessa região, seus impactos sobre a fauna e a flora e a consequente perda de biodiversidade da maior floresta tropical do planeta têm sido repetidos na opinião pública de modo geral, de forma a destacar seus efeitos negativos sobre os ecossistemas e sobre o equilíbrio ambiental planetário. No caso desta pesquisa, o tema diz respeito às complexas situações envolvidas no que se pode designar como uma problemática socioambiental na Amazônia Paraense, especificamente na região do Baixo Tocantins. Todavia, também não seria possível elencar todos os elementos envolvidos em torno da discussão socioambiental e da agricultura familiar, dados a complexidade dos temas e os inúmeros aspectos que deveriam ser considerados. Optou-se, portanto, em enfocar como ponto principal de pesquisa especificamente as discussões sobre as políticas públicas que constituem o Programa Territórios da Cidadania no Baixo Tocantins-PA, executado pelo extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Mediante essas considerações, o objetivo deste trabalho é contribuir com a reflexão acerca da problemática que envolve as políticas públicas de cunho socioambiental voltadas para a agricultura familiar na região do Baixo Tocantins e, nesse caso específico, trata-se de abordar o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), especificamente o PRONATEC CAMPO, que apresenta formações técnicas direcionadas a temas produtivos e ambientais (como os cursos de Agroecologia, Piscicultura, etc.), buscando entender como tal política pública foi ofertada para os agricultores familiares da região, a partir de alguns casos. Dessa forma, busca-se discutir o alcance das redes de políticas públicas, sua incidência sobre as práticas dos agricultores em suas unidades de produção e sobre os possíveis caminhos que se colocam para a agricultura familiar regional.

A presente pesquisa é fundamentada principalmente nos métodos das ciências sociais, principalmente por meio do estudo de caso, com uma perspectiva interpretativa, que procura compreender os pontos de vista dos participantes de uma política pública



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO X CONGRESSO BRASILEIRO V SEMINÁRIO DO DE E ENTORNO 12-15 SETEMBRO 2017 BRASÍLIA- DE BRASIL Tema Gerador 1
Políticas Públicas e Conjuntura

em situações específicas, sendo privilegiada a pesquisa qualitativa. Assim, para subsidiar essas escolhas metodológicas, procura-se adotar algumas técnicas específicas como: Pesquisa documental sobre o PRONATEC CAMPO; entrevistas semiestruturadas, com o uso de roteiro de questões (aplicado com seis alunos e um representante do Sindicato dos Trabalhadores (as) Rurais de Igarapé-Miri) e o diário de campo, para as observações e anotações do cotidiano da pesquisa. As atividades deste trabalho estão ligadas a uma linha de pesquisa do GEDAF (Grupo de Estudos sobre a Diversidade da Agricultura Familiar), cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. Essa linha é intitulada Relação Sociedade-Natureza, Agroecossistemas e Sistemas de Produção, e tem como metas "analisar as relações homem-natureza e as formas de uso e apropriação do espaço, caracterizando os saberes locais e os modos de vida camponesa; e compreender a diversidade dos agroecossistemas visando a construção de referenciais técnicoeconômicos e socioambientais que permitam refletir sobre a sustentabilidade dos sistemas de produção.

# PRONATEC CAMPO: Uma política pública de cunho socioambiental no Território da Cidadania do Baixo Tocantins-PA

O PRONATEC CAMPO é um programa voltado para a agricultura familiar que visa promover a inclusão social de jovens e trabalhadores do campo por meio da ampliação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e da oferta de cursos de formação inicial e continuada (FIC) para trabalhadores de acordo com os arranjos produtivos rurais de cada região. Dessa forma:

O PRONATEC CAMPO é uma das linhas do PRONATEC que visa promover o acesso à educação profissional e tecnológica para os diversos públicos da Agricultura Familiar, Assentados da Reforma Agrária, assalariados, povos e comunidades tradicionais, visando fortalecer a agricultura familiar na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável (BRASIL, MDA, 2013, p. 02).

O Território da Cidadania do Baixo Tocantins-PA localiza-se na região Norte e é composto por 11 municípios: Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia. Conforme mostra a FIGURA 01:

Brasilia - DF Brasil



Figura 01: Mapa do Território da Cidadania do Baixo Tocantins - PA Fonte: SDT / MDA (2015).

Foi escolhido um município-chave do ponto de vista geográfico para o território (por se situar aproximadamente ao centro dos 11 que o compõem). Trata-se do município de Igarapé-Miri, pelo fato de ter se tornado o local primordial para a realização dos encontros do Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER), que discute as políticas públicas para a agricultura familiar no território. Por questões de logística para os deslocamentos dentro da região, já que Igarapé-Miri apresenta fácil acesso aos demais municípios, e, tambem, políticos, pelo fato da administração municipal até 2016 ser favorável às atividades da política territorial do Governo Federal, diferenciando-se de outros municípios na região.

Igarapé-Miri foi contemplado com apenas um curso pelo PRONATEC CAMPO, até o momento: o Curso FIC de piscicultura, no ano de 2015, a instituição ofertante foi o SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) e a escolha dos profissionais foi feita pelo SENAR. O Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) foi a instituição proponente pelo levantamento da demanda do curso, fez a escolha do local para a realização do mesmo, porém não participou da construção do Projeto Pedagógico do Curso. De acordo com o documento aprovado no encontro dos articuladores territoriais em Brasília (BRASIL, PRONATEC, 2014, p. 04), "o PRONATEC campo é a única modalidade que envolve a participação dos movimentos sociais, desde a iden-



VI CONGRESSO I ATINO-AMERICANO X CONGRESSO BRASILEIRO V SEMINÁRIO DO DE E ENTORNO 12-15 SETEMBRO 2017 BRASÍLIA- DE BRASIL



tificação de demandas, escolha de locais para realização dos cursos, construção do projeto pedagógico, monitoramento e avaliação dos cursos". No entanto, esses dois últimos elementos não tiveram a participação direta dos movimentos sociais representativos dos agricultores familiares, no caso o STTR, no curso ofertado em Igarapé Miri.

## O perfil dos alunos, dificuldades e opiniões sobre o curso de piscicultura

Com base nas entrevistas, foi possível perceber que os alunos que foram contemplados pelo PRONATEC CAMPO têm o perfil ribeirinho, tendo como meio de sobrevivência a agricultura familiar, sendo eles o próprio agricultor ou filho de agricultor, uns trabalham produzindo apenas para o consumo e outros para o consumo e comercialização dos produtos excedentes. Exemplo disso são alunos que estão trabalhando com beneficiamento de frutas para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); outros são pescadores e ainda outros trabalham com criação de peixes com poço escavado. Portanto, no que diz respeito ao perfil dos alunos, pode-se concluir que todos tinham relação com o campo, atendendo às exigências do PRONATEC, conforme Art. 2°, § 1º da Lei nº 12.513/2011: "Entre os trabalhadores a que se refere o inciso II, incluem-se os agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores" (BRASIL, 2011).

Dentre as dificuldades apontadas pelos alunos, tem-se a modalidade do curso, pois esta não estava de acordo com a realidade dos alunos, o que levou muitos a desistir, fazendo com que novos alunos se inscrevessem. E, por terem que fazer suas inscrições nas últimas horas, para alguns não houve tempo de obter informações de como seria a modalidade do curso, o que novamente levou à evasão de 50% dos alunos. Segundo um deles, "eles pensavam que era um desses cursos de três dias, mas não, era um curso de três meses, todos os dias de segunda a sexta. E trabalhador rural você já sabe que tem que trabalhar todos os dias" (ENTREVISTADO 02, ALUNO). Outra situação notada no decorrer do curso foi com relação ao nível de escolaridade, pois o curso era voltado para um público com Ensino Fundamental Incompleto, porém, já com o mesmo em andamento percebeu-se que havia alunos com escolaridade variada. Isso se tornou visível, pois alguns conseguiam se apropriar com mais facilidade dos conte-údos, outros, porém, tinham mais dificuldades. Portanto, houve uma diferença que fez com que a monitora do curso de Piscicultura voltasse uma atenção mais especial para esses alunos com dificuldades no aprendizado.

A opinião dos alunos entrevistados com relação ao curso de piscicultura foi unânime, ao afirmarem que o curso foi muito bom, desde os conhecimentos teóricos até aos conhecimentos práticos. Os conhecimentos adquiridos em muito contribuíram não só



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO X CONGRESSO BRASILEIRO V SEMINÁRIO DO DE E ENTORNO 12-15 SETEMBRO 2017

Brasília- DF Brasil

Tema Gerador 1
Políticas Públicas e Conjuntura

com o fortalecimento da agricultura familiar, como tambem ajudaram a promover o desenvolvimento rural sustentável por meio do estímulo à atividade de piscicultura nos sistemas produtivos locais. O curso foi considerado de boa qualidade, mas, em alguns aspectos, precisariam melhorar. Segundo os entrevistados, seria bem melhor se o curso pudesse ser ofertado aos finais de semana, para aproveitar mais as disciplinas e aprofundar os conhecimentos. Ainda foi citada a questão da modalidade do curso e horários das aulas, que não eram compatíveis com a realidade dos agricultores. Se funcionasse em regime de alternância pedagógica (com a proposição do tempo-escola e do tempo-comunidade), o rendimento teria sido melhor ainda. Alternavam-se os dias de aulas e buscava-se conciliar com as atividades desenvolvidas pelos alunos na produção agrícola, para que não houvesse prejuízos com relação ao conteúdo, pois assim os alunos teriam como conciliar trabalho estudo.

Apesar das dificuldades, o curso trouxe suas contribuições para a agricultura familiar local, pois alguns alunos que concluíram o curso já se beneficiam dos conhecimentos obtidos, como: para o sustento da família e para a comercialização dos excedentes dos produtos na área da piscicultura. Portanto, além de contribuir com o fortalecimento da Agricultura familiar com sustentabilidade, a oferta também está contribuindo financeiramente com a renda das famílias dos agricultores que foram alvo dessa formação.

# Conteúdo ministrado: uma relação com as politicas públicas sócioambiental voltada para a agricultura familiar

Segundo o representante da instituição proponente pela demanda, o curso focou bastante na discussão relacionada às questões ambientais; a grade curricular foi voltada para a Legislação Ambiental e veio chamar atenção dos alunos para os cuidados com o meio ambiente e principalmente com a água. Vários questionamentos foram feitos a respeito da questão da sustentabilidade voltada à situação pesqueira do País, com foco maior na região Norte, levando para a realidade das cidades do Baixo Tocantins. Conforme um dos alunos entrevistados:

Os conteúdos ministrados foram bem relacionados com as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, pois veja bem: o curso foi trabalhado com foco maior em escavação de tanques. Então fomos orientados a não tirar plantas dos locais para escavar poço, e sim aproveitar locais impróprios para plantios; a não usar cabeceiras de igarapés para evitar mudanças ambientais como mudanças no curso d'água, e logo, provocar uma erosão; a não cavar poço próximo à beira dos rios para evitar que a água do poço escorresse muito rápido para dentro dos rios; tivemos tambem orientações



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO X CONGRESSO BRASILLIRO V SCHINÁRIO DO DE E ENTORNO 12-15 SETEMBRO 2017 BRASÍLIA- DE BRASIL



sobre o tipo de alimentação dos peixes: como a trabalhar com ração natural e tambem a trabalhar com peixes típicos da nossa região, do Baixo Tocantins (ENTREVISTADO 05, ALUNO DO PRONATEC CAMPO / IGARAPÉ-MIRI).

Sabe-se que no município estudado, as intensas transformações ambientais têm trazido preocupações sobre como gerir as relações entre as atividades humanas e o meio ambiente para a produção local. E é o povo camponês, principalmente nas áreas ribeirinhas, onde a população vive e sente no dia-a-dia os impactos ambientais. Tendo em vista que a gestão municipal atualmente possui escassos recursos para contribuir com essas responsabilidades; portanto a parceria com as redes ofertantes e demandantes do PRONATEC campo pode ser uma oportunidade que venha ajudar a contribuir para superação desses desafios, já que os cursos ofertados por esse programa têm mostrado um olhar considerado como positivo com relação às problemáticas ambientais.

Percebe-se ainda que o curso levou em consideração a relação homem-natureza e as formas de uso e apropriação do espaço, caracterizando os saberes locais e os modos de vida camponesa, pois os alunos aprenderam a valorizar aquilo que é próprio da região, como por exemplo a não trabalhar com espécies que não são endêmicos da região. A maioria das disciplinas tinha alguma relação como o processo de sustentabilidade voltada para o sistema de produção, segundo os alunos entrevistados, o que propiciava a oportunidade de discutir e destes permanecerem mais atentos para o processo de conservação ambiental. Dessa forma, percebe-se que o referido curso pode ter deixado de legado, aspectos importantes para a agricultura familiar do município, a despeito das dificuldades descritas anteriormente, é satisfatório ver esses alunos com o pensamento de "produzir de maneira sustentável", visto que o modelo predominante de desenvolvimento atual, desigual, excludente e esgotante dos recursos naturais tem levado à produção de níveis alarmantes de poluição ambiental levando à destruição da biodiversidade e ao rápido esgotamento das reservas minerais e demais recursos não renováveis. Assim, "[...] Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações" (ART. 225 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988). Desse modo, é dever de todos, garantir um meio ambiente sadio e equilibrado, e isso se torna importante para orientar as diretrizes e elementos constituintes das formações voltadas para as populações do campo.



VI Congresso Latino-americano X CONGRESSO BRASILEIRO V SEMINÁRIO DO DE E ENTORNO. 12-15 SETEMBRO 2017 Brasilia - DF Brasil



### Conclusão

Os dados levantados são referentes ao ano de 2015, visto que houve a oferta de apenas um curso no município de Igarapé-Miri, com relação à política pública estudada (PRONATEC campo). Através dos resultados obtidos, foi possível assimilar que apesar das dificuldades, o curso trouxe boas contribuições para o município, como, por exemplo, o incentivo à produção local voltada para a agricultura familiar de forma sustentável. É importante ressaltar que o presente trabalho, desenvolvido no Grupo de Estudos sobre a Diversidade da Agricultura Familiar (GEDAF), no âmbito do Programa Teias de Inovação Agroecológica, apoiado pelo PROEXT/MEC, possibilitou maior compreensão sobre as políticas públicas destinadas à Educação do Campo, especificamente o PRONATEC CAMPO e contribuiu para uma percepção mais detalhada sobre essa temática possibilitando aproximação com os membros do STTR e agricultores, e isso só fez somar os conhecimentos, atentando para novas realidades que se fazem presentes no cotidiano

## Referências Bibliográficas

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/civil">http://www.planalto.gov.br/civil</a> 03/constituição>. Acesso em: 20 jan. 2017.

BRASIL. Lei Nº 12.513, de 26 de Outubro de 2011. Brasília-DF. Disponível em: <a href="http://">http:// www.cedaf.ufv.br/pronatec/anexos/pagina/arquivos/243584.pdf. Acesso em: 15 out. 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Guia PRONATEC de curso FIC. 3ª ed. Brasília-DF: MDA: 2013.

BRASIL. PRONATEC CAMPO. Encontro dos Articuladores Territoriais. Brasília--DF: SDT / MDA, agosto de 2014.